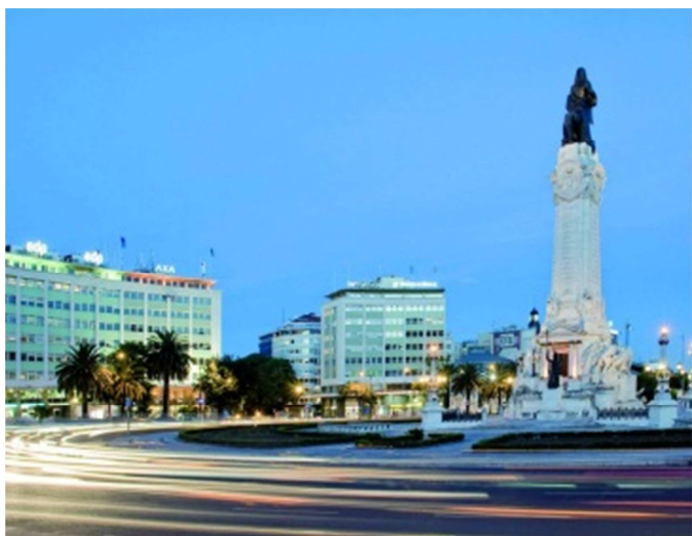


AJUDAS DE CUSTO E SUBSÍDIOS DE
REFEIÇÃO E VIAGEM (2013)

TAX & BUSINESS

Com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro de 2012), procedeu-se à actualização da remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas, à actualização das pensões de aposentação e sobrevivência a cargo da Caixa Geral de Aposentações, à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e, bem assim, dos suplementos remuneratórios.

I) REMUNERAÇÕES E PENSÕES

A Lei do Orçamento do Estado para 2013 prevê – relativamente aos trabalhadores que exercem funções públicas – a manutenção da redução das remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a € 1.500, nos termos constantes do quadro seguinte:

A presente Informação Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta. Não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação Fiscal não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte contacto@rffadvogados.pt.

Redução Remuneratória	Remuneração
3,5%	Entre € 1.500 a € 2.000
3,5% a 16%	Entre € 2.000 e € 4.165 (os 3,5% incidem sobre o valor de € 2.000, enquanto que os 16% são aplicáveis sobre o valor da remuneração total que excede os € 2.000)
10%	> € 4.165

Já as pensões de invalidez e velhice do regime geral são actualizadas nos constantes do quadro *infra*:

% Aumento	Pensões
1,25%	Igual ou inferior a € 628,83
1%	Superior a € 628,84 e igual ou inferior € 1.500

Relativamente aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral com carreira contributiva relevante para a taxa de formação da pensão inferior a 15 anos, é garantido um valor mínimo de pensão, no montante de € 256,79.

As pensões provisórias de invalidez concedidas a partir de 1 de Janeiro de 2013 têm um valor fixado em € 197,55.

II) SUBSÍDIOS DE REFEIÇÃO

O subsídio de refeição diário mantém-se fixado no valor de € 4,27 por dia (cfr. Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de Dezembro).

Consequentemente, considera-se, assim, que o valor limite excluído de tributação passará a ser € 4,27 quando pago em dinheiro, tal como se verificava no ano de 2012, pelo que os subsídios que excedam este valor ficam sujeitos a tributação em sede de IRS e Segurança Social.

Por sua vez, o valor atribuído em vales refeição (*ticket refeição*) mantém o limite de € 6,83, estando sujeito a tributação em IRS e Segurança Social a parte que exceda ao referido valor.

Com efeito, os subsídios para refeição, por dia útil, são considerados excluídos de tributação em IRS, quando se processarem dentro dos limites a que se refere o ponto 2) da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do Código do IRS, nos termos da qual *“Consideram-se ainda rendimentos do trabalho dependente: (...) b) As remunerações acessórias, nelas se compreendendo todos os direitos, benefícios ou regalias não incluídos na remuneração principal que sejam auferidos devido à prestação de trabalho ou em conexão com esta e constituam para o respectivo beneficiário uma vantagem económica, designadamente: (...) 2) O subsídio de refeição na parte em que exceder o limite legal estabelecido ou em que o exceda em 60 % sempre que o respectivo subsídio seja atribuído através de vales de refeição”*.

Neste âmbito, há que ter em atenção, porém, a redacção do artigo 126.º do Código do IRS, onde se estabelecem algumas regras que devem ser respeitadas pelas entidades emitentes dos vales de refeição e pelas entidades utilizadoras.

Nos termos do mencionado normativo, *“as entidades emitentes de vales de refeição devem possuir registo actualizado do qual conste, pelo menos, a identificação das entidades adquirentes bem como dos respectivos documentos de alienação e do correspondente valor facial”, sendo “obrigadas a enviar à Direcção-Geral de Impostos, até ao final do mês de Maio de cada ano, a identificação fiscal das entidades adquirentes de vales de refeições, bem como o respectivo montante, em declaração de modelo oficial”*.

Quanto às entidades utilizadoras de vales de refeição, estas devem *“possuir registo actualizado do qual conste, pelo menos, a identificação das entidades emitentes, bem como dos respectivos documentos de aquisição, e ainda registo individualizado dos beneficiários e dos respectivos montantes atribuídos”, sendo que “a diferença entre os montantes dos vales de refeição adquiridos e dos atribuídos, registados nos termos dos números anteriores, deduzida do valor correspondente aos vales que se mantenham na posse da entidade adquirente, fica sujeita ao regime das despesas confidenciais ou não documentadas”*.

III) AJUDAS DE CUSTO

Com o Orçamento do Estado para 2013 foram, também, actualizados os valores fixados para ajudas de custo dos membros do Governo e dos funcionários e agentes do Estado e entidades equiparadas.

- a) **Nas deslocações em Portugal**, mantém-se os valores fixados das ajudas de custo diárias, pela Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de Dezembro (após Decreto-Lei 137/2010, de 28/12, e Lei 66-B/2012, de 31/12), conforme detalhado *infra*:

- i. Membros do Governo — € 69,19/dia;
- ii. Trabalhadores que exercem funções públicas:
 - Com remunerações base superiores ao valor do nível remuneratório superiores ao valor do nível remuneratório 18 - € 50,20/dia;
 - Com remunerações base superiores que se situam entre os valores dos níveis remuneratórios 18 e 9 — € 43,39/dia;
 - Outros trabalhadores — € 39,83/dia.

b) **Nas deslocações para fora de Portugal** os montantes fixados para as ajudas de custo, estabelecidos pela Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de Dezembro (após Decreto-Lei 137/2010, de 28/12, e Lei 66-B/2012, de 31/12) foram alterados, assim:

- i. Membros do Governo — € 100,24 (anteriormente € 133,66)
- ii. Trabalhadores que exercem funções públicas:
 - Com remunerações base superiores ao valor do nível remuneratório superiores ao valor do nível remuneratório 18 — € 89,35 (anteriormente € 119,13);
 - Com remunerações base superiores que se situam entre os valores dos níveis remuneratórios 18 e 9 — € 85,50 (anteriormente € 111,81);
 - Outros trabalhadores — € 72,72 (anteriormente € 95,10).

Neste âmbito, importa referir que o abono de ajudas de custo para deslocações em Portugal está sujeito a um limite de tempo, na medida em que este só pode ser atribuído se a deslocação não for para além de 90 dias seguidos de deslocação, excepto se devidamente fundamentada e nos termos do despacho conjunto do Ministro da tutela, do Ministro das Finanças e do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

Considerando a doutrina administrativa decorrente ainda da Circular n.º 12/91, de 29 de Abril, da DGCI e o disposto no artigo 2º, n.º 3, alínea d), do Código do IRS, não constituem rendimento de trabalho dependente (assim sujeito a este imposto) as atribuições a título de ajudas de custo até aos limites de € 50,20 e de € 89,35, respectivamente, nas deslocações em território nacional e para o estrangeiro¹.

¹Nos termos desta Circular, nas ajudas de custo abonadas por entidades não públicas aos seus trabalhadores e membros dos órgãos societários, pode tomar-se como referência o valor das ajudas de custo atribuídas a membros do Governo, sempre que as funções exercidas e/ou o nível das respectivas remunerações dos seus trabalhadores e membros de órgãos societários, não sejam comparáveis ou reportáveis à das categorias e/ou remunerações dos funcionários públicos, ou seja: € 69,19 ou € 100,24, consoante se trata de deslocações nacionais, ou para o estrangeiro.

De referir, ainda, que o Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, estabelece as condições gerais em que os funcionários públicos têm direito a ajudas de custo e define o que se deve entender por deslocações "diárias" e "por dias sucessivos", regulamentando os correspondentes abonos, a efectuar nos termos dos quadros seguintes:

DESLOCAÇÕES DIÁRIAS (percentagens da ajuda de custo diária) (*)	
Se a deslocação abranger, ainda que parcialmente, o período compreendido entre as 13.00 e as 14.00 horas	25%
Se a deslocação abranger, ainda que parcialmente o período compreendido entre as 20.00 e as 21.00 horas	25%
Se a deslocação implicar alojamento (**)	50%
(*)Atendendo a que estas percentagens correspondem ao pagamento de uma ou duas refeições e alojamento, não haverá lugar aos respectivos abonos quando a correspondente prestação seja fornecida em espécie	
(**)As despesas de alojamento só são consideradas nas deslocações diárias que se não prolonguem para o dia seguinte, quando o funcionário não dispuser de transportes colectivos regulares que lhe permitam regressar à sua residência até às 22 horas	

DESLOCAÇÕES POR DIAS SUCESSIVOS (*)		
DIA DE PARTIDA	Até às 13.00 horas	100%
	Depois das 13.00 horas e até às 21.00 horas	75%
	Depois das 21.00 horas	50%
DIA DE REGRESSO	Até às 13.00 horas	0%
	Depois das 13.00 horas e até às 20.00 horas	25%
	Depois das 20.00 horas	50%
RESTANTES DIAS		100%
(*) Atendendo a que estas percentagens correspondem ao pagamento de uma ou duas refeições e alojamento, não haverá lugar aos respectivos abonos quando a correspondente prestação seja fornecida em espécie		

Com o Orçamento do Estado para 2013, o direito ao abono de ajudas de custo foi restrito às seguintes situações:

- As deslocações diárias superiores a 20 km do domicílio necessário;
- As deslocações por dias sucessivos superiores a 50 km do domicílio necessário;
- Se o trabalhador não tiver transporte que possibilite almoçar no seu domicílio necessário, ou nos refeitórios dos serviços sociais a que tem direito, pode ter direito a um abono para despesa de almoço no montante equivalente a 25 % da ajuda de custo diária nas deslocações até 20 km.

Importa, ainda, referir que no caso de os membros do Governo que não tenham residência permanente em Lisboa ou numa área circundante de 150 km, admite-se a concessão de habitação por conta do Estado, ou então, pode ser atribuído um subsídio de alojamento, desde que não exceda 50 % do valor das ajudas de custo estabelecidas para remunerações base superiores ao nível remuneratório 18, ou seja, € 31,38/dia.

Por fim, se estiver em causa elementos nomeados para exercerem funções de chefes de gabinete dos membros do Governo, o subsídio de alojamento não pode exceder 40% das ajudas de custo estabelecidas para remunerações base superiores ao nível remuneratório 18, por isso, a ajuda de custo máxima é de € 25,10.

IV) SUBSÍDIOS DE TRANSPORTE

Com o Orçamento do Estado para 2013, os valores do subsídio de transporte mantiveram-se inalterados, mantendo-se os valores fixados pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, nos seguintes termos:

SUBSÍDIOS DE VIAGEM E DE MARCHA (por Km)			
Transporte em automóvel próprio			€ 0,36
Transporte em veículos adstritos a carreiras de serviço público			€ 0,11
Transporte em Automóvel de aluguer	Um funcionário		€ 0,35
	Funcionários	2 funcionários	€ 0,14 (cada)
	Transportados em comum	3 ou mais funcionários	€ 0,11 (cada)
Transporte em veículo motorizado não automóvel			€ 0,14 ²

² Sobre este ponto – que, na Portaria, não vem referido - parece manter-se o entendimento da Circular nº 19/93 da DGCI, segundo o qual, para o caso de transporte em veículo motorizado não automóvel, é considerado rendimento de trabalho dependente a parte excedente a 40% do limite legal fixado anualmente para os subsídios de viagem e de marcha pelo transporte em automóvel próprio.

Importa acentuar que, nos termos do disposto no (artigo 2.º, n.ºs. 3, alínea d)), do Código do IRS, englobam-se na categoria dos rendimentos de trabalho dependente – sujeitos, portanto, a este imposto –, as importâncias auferidas pela utilização de automóvel próprio ao serviço da entidade patronal, na parte que exceda os limites legais, sendo estes "os anualmente fixados para os servidores do Estado".

Por outro lado, deve observar-se que nos termos do (n.º 1, alínea f), do artigo 45º do) Código do IRC, se determina que não são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável *"as despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não facturadas a clientes, escrituradas a qualquer título, sempre que a entidade patronal não possua, por cada pagamento efectuado, um mapa através do qual seja possível efectuar o controlo das deslocações a que se referem aquelas despesas, designadamente os respectivos locais, tempo de permanência, objectivo e, no caso de deslocação em viatura própria do trabalhador, identificação da viatura e do respectivo proprietário, bem como o número de quilómetros percorridos, excepto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respectivo beneficiário"*.

Neste âmbito, a Administração tributária verifica se o seu processamento se baseia em deslocações reais, comprovadas ou comprováveis em documentos justificativos, indicando itinerários percorridos, com tudo o mais que possa auxiliar a efectiva existência e prova do encargo.

De referir, por fim, que estas despesas são também tributadas autonomamente, na esfera da empresa, à taxa de 5% ou 10% (cfr. artigo 88.º, n.ºs 3 e 9, do Código do IRC).

Lisboa, 11 de Março de 2013

Rogério M. Fernandes Ferreira
Marta Machado de Almeida
Catarina Ribeiro Caldas